

O USO DE RÓTULOS METALIGÜÍSTICOS COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO*

Marco Antônio Rosa MACHADO (UEG)**

RESUMO: Nesta comunicação, apresentamos algumas breves análises sobre o papel dos rótulos (expressões referenciais que resumem partes anteriores ou posteriores do texto) na construção da coesão e da coerência referenciais. Tomamos como pressuposto que a escolha dos rótulos não é neutra e consideramos que eles desempenham um papel altamente argumentativo na construção do sentido do texto. O *corpus* analisado está constituído de textos jornalísticos, retirados de revistas semanais (Veja e Carta Capital). Consideramos que este tipo de rótulo não só contribui sobremaneira para a construção da coesão e da coerência textuais, como também desempenha papel fundamental na construção discursiva da referência.

ABSTRACT: In this communication, we show some brief analysis about the role of labels (referential expressions that resume previous or posterior portion of the text) in construction of referential cohesion and coherence. We assume the supposition that the choice of labels isn't neutral and they play a very argumentative role in the construction of text meaning. The *corpus* analyzed is formed by journalistic texts, from weekly magazines (Veja and Carta Capital). We Argue that this kind of label contributes greatly to construction of textual cohesion and coherence, as play a fundamental role in discursive construction of reference.

1. Introdução

Desde constituição da Lingüística Textual como disciplina específica dentro dos estudos lingüísticos, na década de 60, dois temas centrais que sempre estiveram em pauta nos estudos da área foram as noções de *coesão* e *coerência* textuais. Assim, uma das primeiras tarefas da disciplina que então se consolidava era estabelecer uma distinção entre estes dois conceitos, tarefa para a qual Halliday e Hasan (1976) e Beaugrande e Dressler (1981) contribuíram sobremaneira. Os primeiros com o livro *Cohesion in English* (1976) e os últimos com o livro *Introduction to Textlinguistics* (1981), obras que, ainda hoje, são referência obrigatória para os pesquisadores da Lingüística Textual.

Em *Cohesion in English*, como o próprio título sugere, foram estudados as formas de coesão, enquanto em *Introduction to Textlinguistics*, os autores buscaram explicar o que determina que uma seqüência de palavras possa ser considerada um texto, e estabeleceram sete fatores de textualidade com o objetivo de dar conta desta questão. Este fatores são coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Na verdade, os temas de coesão e coerência, tornaram-se, de certa forma os mais discutidos, de modo que os outros cinco passaram a ser tratados em relação eles.

Com o grande número de estudos em Lingüística Textual que foram feitos a partir da década de 80, percebeu-se que a distinção entre os conceitos de coesão e de coerência não podia ser estabelecida rigidamente, pois eles estão em interdependência. Koch (2004:46), assinala, por exemplo, que “os dois grandes movimentos responsáveis pela estruturação do texto – o de retrospecção e o de progressão -, realizados em grande parte por meio dos recursos coesivos, são determinantes para a produção dos sentidos e, portanto, para a construção da coerência”.

Assim, a coesão e a coerência do texto podem ser vistas como algo constituído sociocognitivamente pelos interlocutores e não como algo já pronto e definitivo, presente no texto.

A partir desta perspectiva, o objeto de estudo dos pesquisadores da Lingüística Textual passou por uma transformação e passou a englobar o modo como os interlocutores “criam” textualmente aquilo de que falam, ou seja, o *referente*.

Já que não é dada *a priori*, a noção de referência deve ser tratada, então, como um processo (daí pesquisadores como Ingedore Koch e Luiz A. Marcuschi preferirem usar o termo “referenciação”), que se dá no e pelo discurso. Nesta linha Koch (2004:60) defende que a referenciação, bem como a progressão

* Este artigo apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Coesão e coerência: a função dos rótulos em textos jornalísticos”, que estou desenvolvendo junto à Pró-reitoria de Pesquisa E Pós-Graduação, da Universidade Estadual de Goiás.

** Mestre em Lingüística pela Unicamp e doutorando em Lingüística na mesma universidade. Docente da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Unidade de Quirinópolis. E-mail: machadorvd@yahoo.com.br.

referencial, consiste na construção de objetos-de-discurso, de modo que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção, ou seja, a referenciação é uma atividade discursiva, que implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem.

Do ponto de vista textual, a referenciação pode ser construída por meio das seguintes estratégias;

- a) uso de pronomes
- b) uso de expressões nominais definidas
- c) uso de expressões nominais indefinidas

Dentre as três maneiras de fazer referência mencionadas acima as que nos interessam diretamente neste trabalho é a segunda, em especial as expressões nominais definidas que funcionam como encapsuladoras (Conte, 1996/2003) ou como rotuladoras (Francis, 1994/2003) de porções textuais ou de atos enunciativos.

2. Os rótulos ou encapsuladores

Considerada de um perspectiva discursiva, a questão da referência pode ser colocada nos seguintes termos:

A análise conseqüente dos processos de referenciação que participam da constituição de um mundo discretizado, dotado de factividade e fazendo sentido, transforma radicalmente a questão da referência: no lugar de se referir a uma ordem de mundo ideal e universal e à sua nomeação, tentamos explicitar os diferentes níveis nos quais a referência é produzida pelos sistemas cognitivos humanos, utilizando uma ampla variedade de dispositivos e de restrições, aqueles das línguas naturais. A entrada é o reconhecimento do papel central das práticas lingüísticas e cognitivas de um sujeito “envolvido”, social e culturalmente ancorado, assim como da multiplicidade, mais ou menos objetivada, mais menos solidificada, das versões do mundo que elas produzem. (Mondada e Dubois, 1995/2003:49).

Seguindo nesta mesma linha de raciocínio, Koch e Marcuschi (1998) postulam que a expressão “referência” passe a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral (por exemplo, Lyons, 1977/1980), pois consideram que referir não é uma atividade como “etiquetar” um mundo existente indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva – por isso a mudança terminológica, onde o termo “referência” passa a ser substituído por “referenciação” – de tal modo que os “referentes” passam a ser “objetos de discurso” e não realidades independentes da linguagem (cf. Mondada e Dubois 1995/2003). Estes objetos de discurso, conforme postula Koch (2002b), “são dinâmicos, ou seja, uma vez introduzidos, podem ser modificados, desativados, transformados, recategorizados, construindo-se, por esta via, os sentidos no curso da progressão textual” (Op. cit.:9)

Esta virada na maneira de conceber a referência e o referente decorre da pressuposição da instabilidade referencial e categorial do mundo e faz com que a referência seja considerada como resultado da atividade que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos uma expressão lingüística ou criamos uma situação discursiva referencial com esta finalidade (Koch, 2002b).

A partir das noções que esboçamos até aqui acerca da referenciação, podemos depreender duas conseqüências gerais: a primeira diz respeito ao fato de que tanto as categorias como os referentes são, antes de tudo, construções sócio-cognitivas, e não mera apreensão do real. Em segundo lugar, como resultado da primeira, é por meio do “comportamento lingüístico” que os processos sócio-cognitivos envolvidos no modo de referir se manifestam. Em outras palavras, é por meio da discursivização que temos acesso ao mundo.

E como essa discursivização materializa-se por meio de textos, chamamos a atenção especialmente para os mecanismos de referenciação textual realizados pelo uso de **expressões nominais definidas rotuladoras**¹ – grupos nominais que realizam uma sumarização (ou encapsulamento, conforme Conte, 1996/2003) textual anafórica ou catafórica, e cuja principal característica é a de que exigem realização lexical em seu cotexto (Francis, 1994/2003:192).

Chamamos atenção para o fato de que a bibliografia sobre o fenômeno da referenciação, em sua grande maioria, tem como foco central os processos anafóricos – talvez devido à maior frequência de

¹ O fenômeno ao qual nos referimos recebe vários nomes na literatura lingüística: rotulação (Francis, 1994/2003), nominalização (Apothélos e Chanet, 1997/2003), encapsulamento anafórico (Conte, 1996/2003), nomeações (Cavalcante, 2001).

expressões anafóricas em textos falados e escritos, ficando quase esquecidos os processos catafóricos de referência. Embora a referência anafórica seja um mecanismo altamente produtivo para se incorporarem interpretações ao modelo textual, não se pode negligenciar que a referência catafórica também desempenha um importante papel na tessitura textual, o que ainda não foi devidamente descrito e explicado pela pesquisa lingüística – ao menos nos trabalhos aos quais tivemos acesso.

Antes, contudo, de tratarmos especificamente do foco central de nossa proposta de trabalho, a saber, a função que os **rótulos ou encapsulamentos**² desempenham na tessitura da coesão e da coerência textuais, apresentaremos brevemente o que estamos chamando de rótulo ou encapsulamento, baseando-nos nas propostas de Conte (1996/2003) e de Francis (1994/2003).

Segundo Conte (1996/2003) o **encapsulamento anafórico**, um tipo de anáfora lexicalmente baseada, pode ser definido como “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto” (Conte, 1996/2003:178), porção esta que pode ser de extensão e complexidade variadas.

Embora considere o encapsulamento um tipo de anáfora, Conte (1996/2003) indica duas diferenças fundamentais em relação ao conceito tradicional de anáfora: a primeira é que os referentes dos encapsulamentos não são indivíduos, mas entidades de um nível superior; a segunda diferença é que o antecedente não é claramente delimitado no texto, mas deve ser (re)construído pelo ouvinte/leitor.

A autora assume a tese de Wanda d’Addio (1988, 1990, *apud* Conte, 1996/2003), segundo a qual o encapsulamento anafórico é primariamente uma categorização dos conteúdos do contexto precedente, que pode se realizar tanto por nomes genéricos como por nomes avaliativos (que Conte prefere chamar de “axiológicos”).

Em relação ao eixo dado-novo, Conte (1996/2003) defende que no encapsulamento anafórico não acontece apenas uma paráfrase resumidora de porção do texto precedente, mas, o que ocorre, na verdade, é a introdução de elemento novo no texto. E isso por duas razões: a primeira é porque o próprio item lexical (o núcleo do sintagma nominal) é novo, visto que não apareceu no texto precedente; a segunda é porque ocorre não apenas a categorização de informação cotextual dada, mas uma “objetificação” (hipóstase, no sentido aristotélico do termo) da informação presente no modelo discursivo, de modo que esta se torna um referente. Segundo Conte, isso favorece a ocorrência de determinante demonstrativo em lugar do artigo definido.

Em relação à organização do texto, o encapsulamento anafórico funciona como um princípio de integração semântica, já que, ao mesmo tempo em que interpreta uma porção textual precedente, funciona como ponto de partida para a seqüência textual seguinte, podendo atuar como um princípio argumentativo que não só organiza o discurso, como também realiza operações avaliativas que direcionam o leitor em função de uma determinada interpretação esperada pelo produtor do texto. Isso acontece especialmente quando o núcleo do sintagma nominal anafórico é um nome axiológico.

Além do conteúdo, o encapsulamento pode também hipostasiar atos de fala e funções argumentativas no discurso, permitindo ao escritor atribuir uma força ilocucionária a algum enunciado, como parte de uma estratégia argumentativa. A categorização de um enunciado como um ato de fala particular produz uma mudança para o nível metacomunicativo, de modo que tal categorização pode funcionar como premissa em uma estratégia argumentativa. Conte enfatiza que os encapsuladores mais do que sumarizar partes do texto, desempenham uma importante função argumentativa.

Francis (1994/2003) observa que os **rótulos**, embora apareçam em função anafórica³ na maioria dos casos, conforme havia proposto Conte ao discutir o encapsulamento, também são encontrados com função catafórica. Esta autora considera a “rotulação” (*labelling*) como um tipo de coesão lexical realizada por grupos nominais e a define como o fenômeno pelo qual os grupos nominais realizam uma sumarização textual anafórica ou catafórica, e cuja principal característica é a de que exige realização lexical, ou lexicalização, em seu cotexto: o rótulo “é um elemento nominal inerentemente não específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado” (Op cit.:192). Diferentemente de Conte (1996/2003), Francis não considera a função argumentativa dos rótulos.

Francis (1996/2003) classifica os rótulos em dois tipos gerais, de acordo com a posição que ocupam em relação à parte do texto para a qual apontam:

- a) *retrospectivos*: seguem sua lexicalização e sua função é resumir informações dadas previamente no texto e, por isso, têm uma função anafórica;
- b) *prospectivos*: precedem sua lexicalização e têm a função de indicar o tipo de expectativa que o

² Embora haja uma distinção terminológica entre os termos “rótulo”, “encapsulador”, “nomeação” e cognatos (cf. Cavalcante, 2001; Koch, 2004; Carvalho, 2005), estamos provisoriamente tratando-os como equivalentes.

³ Isso é o que apontam os dados analisados por Cavalcante (2001) e Carvalho (2005).

leitor deverá ter sobre o desenvolvimento do discurso. Os rótulos prospectivos têm natureza catafórica.

Sobre o papel do rótulo *prospectivo*, a autora postula que ele permite ao leitor a predição da informação que se seguirá, mas com uma ressalva: o rótulo não possibilita saber o conteúdo da informação, e sim o tipo de organização que se dará ao discurso, bem como o valor ilocucionário do que será lexicalizado.

Francis indica também que os rótulos prospectivos ocorrem em menor número do que os retrospectivos, motivo pelo qual a maioria dos exemplos que usa em seu texto é deste último tipo. Carvalho (2005) confirma essa constatação de Francis e mostra a frequência dos vários tipos de rótulos na língua portuguesa: no *corpus* analisado por Carvalho (constituído de 40 textos da revista Caros Amigos), os rótulos prospectivos são apenas 21% das ocorrências, contra 74% dos rótulos retrospectivos.

Enquanto o rótulo prospectivo tem natureza catafórica, indicando ao leitor que tipo de expectativa ele pode ter sobre o desenvolvimento do discurso, o rótulo *retrospectivo*, já lexicalizado, presta-se ao encapsulamento anafórico (cf. Francis, 1994 e Conte, 1996) de um segmento textual previamente realizado. Como tal, “não há um grupo nominal particular a que ele se refira; não é uma repetição ou ‘sinônimo’ de nenhum elemento precedente” (Francis, 1994/2003:195). Referindo-se a uma informação dada, acrescenta algo de novo em termos de como deve ser interpretada a seção encapsulada, em relação à qual o rótulo se apresenta como equivalente, e fornece o esquema de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido. Quanto ao aspecto formal, normalmente o rótulo aparece na abertura de um novo parágrafo, alternando ou ligando tópicos.

Segundo Francis:

os nomes nucleares de rótulos retrospectivos são quase sempre precedidos de um dêitico específico, como *o*, *este*, *aquela*, *esse*, ou *tal*, e podem ter outros modificadores e qualificadores também. O grupo nominal todos funciona muito bem como uma pro-forma ou um item referencial. (Op. cit.:196).

Esta afirmação de Francis está confirmada também para a língua portuguesa⁴ nos trabalhos de Carvalho (2005) e Cavalcante (2001).

Com relação ao núcleo da expressão rotuladora, Francis (1994:201) afirma que “qualquer nome pode ser nome nuclear de um rótulo desde que seja inespecífico e requeira realização lexical em seu contexto imediato, anterior ou posterior”. No entanto, enfatiza a autora, a seleção de um rótulo não é feita de forma independente, a partir de um paradigma de palavras que tenham a mesma função: a escolha de um destes itens é altamente dependente do contexto e da intenção do produtor do texto. Na verdade, o que todos os nomes nucleares de rótulos têm em comum é o fato de serem inerentemente inespecíficos. Dessa forma, a escolha de um determinado nome para ser um rótulo está relacionada diretamente com a parte do texto com a qual se relaciona.

Os rótulos retrospectivos, assim como os prospectivos, têm ainda uma importante função organizadora do texto, pois “assinalam que o escritor está se movendo para a fase seguinte de seu argumento, tendo-se utilizado da fase anterior encapsulando-a ou empacotando-a em uma única nomeação” (Francis, 1994/2003:198).

Francis classifica os rótulos de acordo com sua **posição** no texto (retrospectivos, prospectivos, retrospectivos-prospectivos), sua **função** (indicadores de estrutura e indicadores de conteúdo) e sua **configuração** (avaliativos e não-avaliativos). Quanto à distinção entre os tipos de núcleos dos rótulos, Francis chama a atenção para os rótulos metalingüísticos, que podem ser de quatro tipos: (a) nome ilocucionário, (b) nome de atividade languageira, (c) nome de processo mental, (d) nomes de texto⁵.

Francis chama a atenção também para o fato de que a coesão é uma função do grupo nominal inteiro, não apenas do nome nuclear dos rótulos, de tal modo que os modificadores também contribuem grandemente para os papéis de predicação e encapsulamento dos rótulos, o que permite uma economia de recursos, já que muita informação pode ser apresentada com um único empacotamento.

Outro aspecto salientado por Francis em relação aos modificadores é que eles, assim como os nomes-núcleo, podem ser analisados em termos das funções hallidayanas, já que têm a propriedade de carregar significado ideacional (quando adicionam informação ao nome núcleo), interpessoal (quando avaliam o elemento que modifica) e textual (quando estabelecem simultaneamente uma relação de prospecção e retrospectão em relação ao texto), de modo que um núcleo neutro pode ser combinado com um modificador avaliativo, por exemplo, dando maior flexibilidade para este recurso lingüístico de que dispõe o produtor do

⁴ A pesquisa de Francis (1994/2003) foi realizada com *corpora* da língua inglesa.

⁵ O que Francis classifica aqui como “nomes de texto”, Koch (2004:97) prefere chamar de “nomes metalingüísticos em sentido próprio”.

texto. Segundo Francis (op. cit.:218) os modificadores mais comuns encontrados nos rótulos são os que codificam significado interpessoal, pois indicam avaliação das proposições que encapsulam. Já os modificadores textuais “são aqueles que contribuem diretamente para o papel organizacional dos rótulos: eles ajudam a ordenar mensagens relacionadas umas às outras e indicam as relações entre elas” (Francis, 1994/2003:221). Geralmente são usados em posição temática e podem ser usados para seqüenciar os estágios de um argumento.

Francis (1994/2003), contudo, não investigou em sua pesquisa quais nomes nucleares e quais modificadores são usados como rótulos prospectivos, justificando tal lacuna com o argumento de que os rótulos prospectivos são menos comuns que os rótulos retrospectivos.

Deste modo, fundamentando-nos nos trabalhos até aqui indicados e aproveitando a sugestão de Francis, propomo-nos a investigar os rótulos prospectivos e seus modificadores, especialmente aqueles que se manifestam por meio de nomes metadiscursivos, considerando-se que o fenômeno da rotulação prospectiva ainda não foi suficientemente elucidado.

Jubran (2003) aponta alguns elementos da rotulação metadiscursiva anafórica que são importantes para nossa proposta de estudo. O ponto nodal dos mecanismos fóricos da anáfora e catáfora, a nosso ver, é que eles tornam possível um jogo multiplano em que referentes textuais anaforizados ou cataforizados desempenham uma função informacional no texto e, no rótulo, se constituem como objetos de menção e qualificação na atividade enunciativa. “O discurso dobra-se sobre si mesmo, em um movimento auto-reflexivo típico da metadiscursividade, figurando como discurso e objeto de discurso” (Op. cit.: 98).

Com relação às funções desempenhadas pelas formas referenciais rotuladoras, seguimos a proposta de Koch 2001, que sugere três funções:

- a) *cognitiva*, pela qual elementos previamente introduzidos no contexto são reativados, por uma estratégia de (re)focalização na memória operacional do interlocutor;
- b) de *encapsulamento* ou *sumarização*, que, junto com o traço formal de realizar-se por sintagmas nominais, compõe a própria definição de rótulos; e
- c) de *organização textual*, pela qual o falante sinaliza para o interlocutor que está passando de um estágio a outro de sua argumentação. As formas remissivas nominais possuem, portanto, uma importante função na introdução, mudança ou desvio de tópico, bem como de ligação entre tópicos e subtópicos. Ou seja, elas introduzem mudanças ou desvios do tópico, preservando, contudo, a continuidade tópica, ao alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada. Desta forma, são responsáveis simultaneamente pelos dois grandes movimentos de construção textual: *retroação* e *progressão*. (Koch, 2001:78)

Tendo em mente estas noções, buscamos investigar nesta fase da pesquisa o modo como a referência é constituída textualmente por meio das expressões nominais encapsuladoras, mais especificamente, dos rótulos metalingüísticos. Partimos do pressuposto de que as expressões rotuladoras com função metalingüística não apenas encapsulam a parte do texto na qual se ancoram, mas também desempenham uma função altamente argumentativa, devido especialmente à característica de categorizar o referente/objeto de discurso que introduz como novo, podendo funcionar, inclusive, como eixo central em torno do qual os argumentos do texto se desenvolvem. Argumentamos também em favor da idéia de que, além desse valor argumentativo, as expressões nominais rotuladores servem para manifestar as várias vozes presentes no texto, na medida em que ao (re)categorizam um referente no decorrer do texto, revelam modos diferentes de tratá-lo, indicando, assim, diferentes enunciadores que dialogam.

Além disso, observamos que os rótulos funcionam no que diz respeito ao modo de apresentação da voz de outros enunciadores, uma vez que, ao mesmo tempo em que apresentam opiniões, podem também funcionar como introdutores de argumentos sobre os quais se apoiará o produtor do texto para fundamentar seu projeto de dizer.

Entendemos também que tratar deste tema implica assumir algumas noções que, embora envolvam questões bastante complexas do ponto de vista teórico, terminológico e metodológico, serão aqui apenas mencionadas: (i) a noção de língua, considerada em termos de atividade sócio-cognitiva não representacionista; (ii) a noção de textualidade, que toma o texto como evento, com ênfase em seu aspecto processual, principalmente em relação à constituição do(s) sentido(s); (iii) a noção de referência, concebida como processo (referenciação) de constituição do referente (objetos de discurso).

3. O uso dos rótulos em alguns textos jornalísticos

Tendo em vista que esta pesquisa situa-se na linha dos trabalhos interpretativos, a perspectiva de análise é, por isso, mais explicativa e menos descritiva, de modo que buscaremos formular princípios mais gerais em relação aos fenômenos estudados. Desse modo, considerando que o fenômeno da rotulação é um mecanismo de coesão lexical, ao mesmo tempo em que funciona como elemento importante para o estabelecimento da coerência, buscamos estabelecer um *corpus* composto por textos completos e não apenas fragmentos. Estes textos são reportagens jornalísticas veiculados em revistas de circulação nacional e, a princípio, com linhas editoriais diferentes, tais como as revistas Veja e Carta Capital. Contudo, como a pesquisa ainda está em andamento, até o momento constituímos e estamos analisando textos apenas da revista Veja.

Observemos, inicialmente, como uma rotulação é usada em uma reportagem retirada revista Veja para constituir o tópico em torno do qual versa todo o texto. A reportagem, intitulada “Está cada vez mais complicado⁶”, relata o envolvimento do então ministro da Fazenda Antônio Palocci na quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Podemos verificar que a utilização de rótulos metadiscursivos contribui não só para o estabelecimento do tópico central da reportagem, como também serve para a constituir todo um quadro de referência sobre o qual se fundamenta a argumentação do texto.

Está cada vez mais complicado

Depois do motorista, um caseiro desmente Palocci – e a oposição rompe a trégua e pede sua demissão

Julia Duailibi e Otávio Cabral

Em público, o ministro Palocci mantém **(1) a versão** de que jamais esteve no casarão do Lago Sul, bairro nobre de Brasília. Em nota distribuída à imprensa, a pretexto de desmentir a informação do caseiro segundo a qual o ministro costumava chegar ao casarão sozinho, dirigindo um Peugeot prata com vidros escurecidos, Palocci arriscou-se a afirmar até que não sabe dirigir “em Brasília”. Em privado, porém, Palocci rendeu-se às evidências. No fim da noite de quarta-feira passada, numa conversa com o presidente Lula na Granja do Torto, Palocci fez **(2) a confissão** que vinha evitando até então: admitiu que esteve, sim, no casarão e explicou que suas negativas públicas eram apenas uma tentativa de preservar sua família – dado o fato já notório de que a casa também era freqüentada por garotas de programa. Palocci resumiu **(3) sua conversa com o presidente Lula** a um membro da coordenação do governo, que relatou o caso a VEJA sob a condição de não ter a identidade revelada. “Eu entendo que ele tenha mentido para proteger a família e tenho certeza de que o presidente também entendeu”, afirma esse auxiliar do governo.

(4) A confissão de Palocci, discretamente difundida entre os aliados, deu algum fôlego a seus defensores. Em conversas reservadas com parlamentares no cafezinho da Câmara, ou em comentários ao pé do ouvido com jornalistas, líderes do PT passaram a difundir a versão de que Palocci “até pode ter visitado a casa”, mas não há nenhum indício de que tenha se envolvido em negócios ilícitos, partilha de dinheiro ou reunião com lobistas. “Ele foi à casa para compromissos particulares. Não tem sentido falar em corrupção, insistir em desvio de dinheiro público”, diz um dos aliados que ajudaram a aplicar a nova estratégia de defesa do ministro. (...)

(5) O grande problema de Palocci é que, a essa altura do escândalo, talvez seu dilema não se resume mais à natureza de suas incursões ao casarão. Mesmo que o ministro não tenha se envolvido em ilicitudes na casa, resta saber o que o levou a afirmar que, desde a posse na Fazenda, deixara de ter contato com a turma de Ribeirão Preto. Nos primórdios do escândalo, Palocci chegou até a dizer que não falava com o advogado Rogério Buratti havia anos – e, agora, sabe-se que ambos se cruzavam na casa do Lago Sul. Por que o ministro tentou esconder essa e outras conexões com velhos amigos e assessores?

Na manhã de quinta-feira, ao reunir-se com cinco ministros e dois senadores petistas para discutir a situação, o presidente Lula deu sinais de que estava satisfeito com **(6) as explicações** de Palocci e mostrou sua disposição de mantê-lo no cargo. “Palocci já agüentou muita pressão contra o governo. Agora, o governo tem de agüentar essa pressão contra ele”, disse o presidente, conforme o relato de um dos presentes.

Revista Veja, Edição 1948, 22 mar. 2006.

No texto acima, encontramos ocorrências de rótulos com função anafórica e catafórica, como podemos observar na expressão nominal (2) (4) “a confissão”, cuja primeira ocorrência desempenha um importante papel na organização textual, já que sinaliza o tópico principal do texto. No entanto este rótulo, em sua primeira ocorrência (2), não faz referência ao conteúdo proposicional da fala (do ministro) que hipostasia, mas indica um ato de fala e o categoriza pela sua (suposta) força ilocucionária. Isso desloca o foco do texto para o plano da enunciação e atribui ao discurso relatado uma força ilocucionária que certamente não corresponde às intenções do enunciador, o ministro Antônio Palocci, confirmando o postulado de Francis

⁶ Publicada em 22 de março de 2006.

(1995/2003), segundo o qual o rótulo prospectivo permite ao leitor a predição da informação que se seguirá, mas com uma ressalva: o rótulo não possibilita saber o conteúdo da informação, e sim o tipo de organização que se dará ao discurso, bem como o valor ilocucionário do que será lexicalizado na parte rotulada do texto.

Desse modo, os usos da expressão “a confissão” ilustram o fato de que “a seleção de um nome particular como um rótulo para a proposição de alguém não reflete, necessariamente, sua intenção original” (Francis, 1995:205). O conteúdo do discurso relatado fica afetado por essa categorização, que passa a ser o modo de referência à fala do ministro, que se torna um objeto-de-discurso (Koch, 2002b), e que servirá de fio condutor para a argumentação que o autor do texto desenvolve.

Podemos, então, observar que a expressão “a confissão” desempenha um duplo papel na dinâmica textual: por um lado, estabelece a conexão entre duas partes do texto, funcionando como elemento de coesão entre duas sentenças; por outro lado (talvez mais importante), o uso de tal expressão não só liga elementos da superfície textual, mas tem também a função de estabelecer o objeto-de-discurso no qual se funda a coerência de toda a reportagem, já que o tópico principal gira em torno não do fato relatado (o ministro dizer ao presidente da República que freqüentava o casarão do Lago Sul), mas da força ilocucionária atribuída à fala do ministro (confissão), motivo pelo qual as expressões (1) “a versão”, (3) “sua conversa” e (6) “as explicações” não poderiam substituir “a confissão”, sem um enorme prejuízo para a coerência argumentativa do texto.

Note-se também que a escolha de uma expressão rotuladora pode revelar as vozes enunciativas que os autores querem mobilizar no texto. É o que acontece quando aparece a expressão (6) “as explicações”, cujo valor ilocucionário difere completamente daquele presente na expressão “a confissão” e revela a voz que interpreta a fala do ministro não como confissão mas como explicação de suas atitudes anteriores em relação aos fatos. Isso reflete o ponto de vista do presidente da República, defensor do ministro, e não mais dos produtores da reportagem, pois estes têm uma opinião diametralmente oposta, manifesta na maneira de se referirem negativamente à conversa de Palocci com o presidente. A rotulação metalingüística, então, não só organiza o texto do ponto de vista sintático-semântico, mas também contribui para o estabelecimento de uma plurivocidade, no sentido de que há várias vozes presentes no texto, embora elas não sejam equipolentes e a voz dos autores se sobreponha às demais colocadas em cena.

Outros exemplos de ocorrências de rótulos metadiscursivos podem ser encontrados em outra reportagem da revista Veja:

O ministro foi cúmplice

Márcio Thomaz Bastos tem o dever de proteger os direitos dos cidadãos. Mas ajudou Palocci a encobrir o crime de violação do sigilo do caseiro Francenildo

(7) **As analogias** entre a crise atual e o caso Watergate são patentes: integrantes de um governo que acham que podem usar impunemente a máquina do Estado para perseguir inimigos, um crime menor que se torna cada vez mais grave – e evidente – pelas tentativas desesperadas de acobertamento, a autofagia que se dissemina à medida que os condenados decidem que não vão pagar a conta sozinhos. Um ministro da Justiça também teve um papel decisivo em Watergate: John Mitchell, homem de confiança do presidente Richard Nixon. Saíram de sua cabeça as principais malféitorias do escândalo: (8) **a idéia** de usar grampos sem ordem judicial e a criação de um grupo de “assessores” encarregados de fazer o serviço sujo. Foi ele quem arquitetou plantar microfones num comitê do Partido Democrata, para levantar informações lesivas aos adversários políticos. Quando os autores foram detidos, por acaso, Mitchell orquestrou todas as manobras para evitar que a ilegalidade fosse relacionada com a Casa Branca. O caso degingolou até que Nixon, prestes a ser condenado no Congresso, renunciou. John Mitchell se tornou o primeiro ex-titular do Departamento de Justiça dos Estados Unidos a ser condenado e preso.

Na tarde de sexta-feira, VEJA ouviu (9) **as explicações** de Márcio Thomaz Bastos para sua presença na reunião. O ministro admite ter convocado Malheiros a pedido de Palocci. Disse que foi à casa porque o advogado, de quem é amigo, gostaria que ele estivesse presente. E também “porque, como ministro da Justiça, eu queria me inteirar dos fatos, já que a Polícia Federal já havia instaurado um inquérito para apurá-los”. Márcio Thomaz Bastos afirmou ainda que permaneceu apenas meia hora na residência, período no qual Malheiros teria feito “uma exposição teórica sobre o crime de violação de sigilo bancário”. Segundo ele, nenhum outro assunto teria sido discutido. E qual (10) **a razão** para a presença de Jorge Mattoso? “Foi uma surpresa. Não sabíamos (Márcio Thomaz Bastos e Malheiros) que ele estaria lá. Foi Palocci quem o chamou.” (...)

Entende-se que Márcio Thomaz Bastos tente negar o propósito do encontro do qual tomou parte. Admiti-lo equivale a renunciar. No encontro, Mattoso concordou com a estratégia suja de terceirizar a autoria do crime – desde que não se tentasse atribuir a culpa a funcionários de carreira da Caixa Econômica Federal. Ficou decidido que somente os nomeados politicamente receberiam (11) **a proposta** de embolsar 1 milhão de reais em

troca de assumir a autoria do crime de violação de sigilo bancário. (...)

Assim que os fatos vão sendo revelados, Márcio Thomaz Bastos vai criando **(12) novas versões jurídicas** para defender a pele dos integrantes do governo – e, é claro, a sua própria. Forma-se, dessa maneira, uma espécie de universo jurídico paralelo, que nunca tangencia a verdade. Foi assim, por exemplo, na incrível versão de que a origem do dinheiro do valerioduto eram empréstimos contraídos em bancos e que os recursos se destinavam apenas a pagar dívidas de campanha do caixa dois do partido. Tentava-se encobrir algo inquestionável: o desvio de dinheiro público para comprar deputados dispostos a votar favoravelmente ao governo – em suma, o mensalão. (...)

Só depois que VEJA revelou a presença dos assessores de Márcio Thomaz Bastos, Goldberg e Alencar, em reuniões na casa de Palocci, o ministro finalmente veio a público prestar esclarecimentos sobre o episódio. Jurou que não tinha nada a ver com o que seus auxiliares foram fazer na residência oficial do ministro da Fazenda, na calada da noite. Deu até um álibi: estava em Rondônia e seu telefone não funcionava. Considerando que, enquanto o ministro estava em Rondônia, a PF iniciou uma perseguição ao caseiro, resta **(13) uma pergunta**: será que foi à revelia de Márcio Thomaz Bastos, a quem a PF é subordinada? Na segunda-feira passada, sob pressão da oposição, que exigia explicações, Márcio Thomaz Bastos declarou: "Não tenho motivo para ser ouvido". A determinação do ministro não durou três dias. Na quinta-feira, com a sua situação ainda mais complicada, o titular da Justiça declarou que havia mudado novamente de idéia. Agora se oferecia para prestar esclarecimentos no Congresso. Márcio Thomaz Bastos e o governo ainda têm muito a explicar sobre o episódio. (...)

Na semana passada, VEJA ouviu de um ex-integrante da república petista **(14) a seguinte história**: um dos responsáveis por arregimentar candidatos à bolada foi Carlos Augusto Borges, atual vice-presidente de Transferência de Benefícios da Caixa. (...)

Na semana passada, o nome de Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal do presidente Lula, aparecia como um dos envolvidos na operação. Não existem evidências concretas disso. Apenas **(15) a recomendação** que Carvalho recebeu de Lula: "Fica longe da confusão senão sobra para você". **(16) O exemplo** de Watergate mostra que essas trapalhadas começam com a simplicidade do furto e terminam com a força das grandes reviravoltas da história.

*Com reportagem de Giuliano Guandalini, Thaís Oyama e Victor Martino
(Veja 1951, 12/04/2006)*

Diferentemente da reportagem "Está cada vez mais complicado", cujo tópico central é um ato de fala do ministro Antônio Palocci, a reportagem "O ministro foi cúmplice" tem como tópico central a participação do ministro Márcio Thomaz Bastos na suposta tentativa de encobrir o crime de violação de sigilo do caseiro Francenildo. Assim como na primeira reportagem, também nesta usam-se vários rótulos metadiscursivos para construir de forma coerente a argumentação. No entanto, há uma diferença fundamental no uso dos rótulos nestes dois textos: no primeiro, como apresentamos acima, uma fala do ministro Antônio Palocci é retomada várias vezes por expressões nominais diferentes, mas cujo objeto-de-discurso (referente) mantêm-se relacionado àquela fala; já na reportagem "O ministro foi cúmplice", as expressões nominais rotuladoras não apontam para um mesmo referente, mas indicam vários referentes. Além disso, um rótulo que poderia, de certo modo, resumir o tópico desta segunda reportagem é (7) "as analogias" [entre a crise atual e o caso Watergate], um rótulo metadiscursivo que remete a um processo mental e não mais um ato de fala, como na reportagem anterior. Isso coloca o foco do leitor nas características semelhantes dos dois escândalos governamentais postos em pauta pela reportagem.

Situando os rótulos destacados nesse conforme a classificação feita por Francis (1994/2003) e que mencionamos acima, encontramos os seguintes tipos rótulos metadiscursivos⁷:

a) nomes ilocucionários: (9) "as explicações", (11) "a proposta", (13) "uma pergunta" (15) "a recomendação";

b) nomes de atividades languageiras: (12) "novas versões jurídicas", (14) "a seguinte história", (16) "o exemplo";

c) nomes de processos mentais: (7) "as analogias", (8) "a idéia", (10) "a razão".

Ao observarmos a distribuição dos rótulos nessa classificação, constatamos que os diferentes tipos de rótulos servem a diferentes propósitos argumentativos. Os nomes ilocucionários, conforme já indicamos, servem não só para manifestar o posicionamento dos produtores do texto, como também servem para fortalecer os argumentos que querem defender. É o que acontece quando se usa a expressão (9) "as explicações" para se referir às declarações que Márcio Thomaz Bastos fizera à revista Veja. O que poderia soar apenas como informações dadas pelo ministro, passa, na reportagem, à categoria de explicações,

⁷ Quanto à terminologia, seguimos Koch (2002a) e Carvalho (2005), que chamam de *metadiscursivos* os rótulos que Francis (1994/2003) chama de *metalingüísticos*.

subentendendo-se que o ministro as tinha que dar.

Quanto aos nomes de atividades linguageiras, percebemos acima que eles são usados principalmente para enfraquecer a voz dos personagens envolvidos nos "fatos" narrados, de modo que a voz dos produtores, ao usar estas expressões, sobrepõe-se às outras vozes e, conseqüentemente, faz prevalecer seu ponto de vista e sua percepção dos episódios narrados. Isso manifesta-se principalmente quando aparecem os rótulos "a versão", (12) "novas versões jurídicas", (14) "a seguinte história", cujos significados, por si sós, já colocam em dúvida a veracidade ou a sinceridade do que estas expressões encapsulam.

Já os nomes de processos mentais que aparecem na reportagem ("as analogias", "a idéia", "a razão"), indicam um certo distanciamento, e por isso mesmo, uma certa neutralidade, em relação ao que é narrado, com a intenção de dar maior credibilidade ao que é dito e ao modo como é dito, de modo a garantir a pertinência dos usos dos demais rótulos no texto. Lembrando que o rótulo (7) "as analogias" demanda do leitor uma comparação dos fatos que se passam hoje no Brasil com fatos passados nos Estados Unidos, conhecidos historicamente como "o caso Watergate".

4. Considerações finais

Como se pode perceber pelas breves análises que fizemos sobre o uso dos rótulos, este fenômeno é altamente produtivo no que se refere à argumentação no texto jornalístico.

No entanto, há algumas questões que ainda precisamos investigar, tendo em vista que não foram respondidas neste artigo. Uma delas diz respeito à necessidade de se compreender melhor o papel que os modificadores desempenham na constituição das expressões referenciais rotuladoras. Uma outra questão está ligada à relação que os rótulos têm com o estabelecimento e a manutenção do tópico discursivo, pois há casos em que um rótulo pode sintetizar o tópico principal do texto. Ligada a esta questão está aquela relacionada à função cognitiva que o rótulo desempenha, ou seja, o modo como os rótulos se relacionam à memória operacional do leitor.

Estas questões ficam abertas por ora e nos convidam a continuar investigando o modo como os rótulos contribuem para a coesão e a coerência textuais, especialmente no que tange a seu poder argumentativo.

5. Referências bibliográficas

APOTHÉLOZ, Denis e CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 (p.131-176) (Edição original: 1997)

CARVALHO, Maria Angélica F. *O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. As nomeações em diferentes gêneros textuais. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (41):127-140, Jul./Dez. 2001.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 (p.177-190) (Edição original: 1996)

FRANCIS, Gil. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 (p.191-228) (Edição original: 1994).

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London/New York: Longman, 1976.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (44):93-103, Jan./Jun. 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos*

Linguisticos. Campinas (41):7589, Jul./Dez. 2001.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. A construção dos objetos-de-discurso. *ALED: Revista Latinoamericana de Estudios del Discursio*. Vol 2, n. 01, Año 2002b (7-20)

_____. *Introdução à lingüística textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____ e MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*, v. 14, 1998, p. 169-90 (Número Especial).

KOCH, Ingedore Villaça et al. (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980. (Edição original de 1977).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Projeto de pesquisa “Referenciação e atividade inferencial no processamento textual”. Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2001. (mimeo).

MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. (Edição original: 1995)